



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O NEGRO NO RIO DE JANEIRO DOS ÚLTIMOS CINQUENTA ANOS.

José Augusto Conceição

Grupo de Estudos sobre Novas Tendências Sociais – GENTES

joseaugustopsicossocial@gmail.com

O livro *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça em uma sociedade em mudança*, de Luiz de Aguiar Costa Pinto, pode ser considerado o ponto de partida da pesquisa que empreendemos no propósito de enfrentar a seguinte questão-problema: *como se vêm organizando as hierarquias sociais, no Rio de Janeiro, nos últimos cinquenta anos?* A presente comunicação nos serve à exposição dos resultados deste estudo de comunidades, eminentemente qualitativo, que realizamos, por recurso ao método indiciário, proposto por Carlo Ginzburg, e com base nas teorias do imaginário, de Cornelius Castoriadis, e do contato interétnico, de Fredrik Barth.

No que se segue, buscamos organizar o argumento em quatro seções. A primeira, em que procuramos apresentar, de modo bastante breve, as linhas gerais do mencionado trabalho de Costa Pinto, situando o autor e sua obra no contexto acadêmico, na chamada sociologia do negro e, muito especialmente, no conhecido Projeto UNESCO. A segunda, na qual cuidamos de sintetizar os dados qualitativos que Costa Pinto aponta na *Parte Segunda* do mencionado livro, mormente o capítulo dedicado às tensões raciais numa sociedade em mudança, em que discorre sobre os processos conscientização étnico-racial e diferenciação social entre os negros, e os fenômenos do branqueamento e do aburguesamento de parte da população negra. A terceira, na qual – baseados nos conceitos de tribos urbanas, de Michel Maffesoli e de grupos étnicos (estratificados) de Barth – estabelecemos a distinção entre grupos de pertencimento e grupos identitários, respectivamente; e a partir do que caracterizamos como grupos étnicos populações tradicionalmente definidas como classe social, grupo religioso, grupo de vizinhança, grupo de cor e grupo regional (a saber: os burgueses, os evangélicos, os favelados, os negros e os nordestinos) e onde apresentamos de modo sumariado, os resultados do nosso estudo. E, a quarta, em que propomos um modelo explicativo do processo de mudança social carioca, baseado na ideia de que o câmbio



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

dos padrões de relações étnico-raciais se radica no esgotamento, no Brasil, do modelo de sociedade burguesa e em sua superação pelo de sociedade de massa.

I

Desde que a própria ONU foi instituída com o propósito de ser um foro permanente de discussão dos interesses mundiais com vistas à promoção do progresso social e da garantia da segurança internacional, a UNESCO, na qualidade de sua agência especializada, comunga das mesmas angústias. Por isso, no contexto do pós 2ª Guerra Mundial, como observa Marcos Chor Maio, (1998, p. 19), “espelhava a perplexidade e a ânsia de inteligibilidade – por parte de intelectuais, comunidade científica e dirigentes políticos – dos fatores que levaram aos resultados catastróficos da Segunda Guerra Mundial em nome da raça”.

Como assinala Maio, (1999, p. 143), as atividades iniciais de maior expressão para a agência vão ser: primeiramente, a realização, em 1949, de uma reunião de especialistas, notadamente cientistas sociais, em Paris, para o debate quanto ao estatuto científico do conceito de raça, do que resultou a 1ª Declaração sobre Raça, (Statement on race), publicada em maio de 1950, por ocasião da 5ª Conferência Geral da Unesco, realizada na cidade de Florença; e, em seguida, um programa de estudos sobre os aspectos influentes na formação de um ambiente de relações cooperativas entre as raças, para o que aquela conferência elegeu o Brasil seu campo investigativo.

De agosto de 1949 até sua morte, em outubro do mesmo ano, Arthur Ramos ocupou a direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Nesta qualidade, idealizou este projeto internacional de estudos sobre o Brasil, e nele enredou seu ex-aluno e ex-colega de magistério Luiz de Aguiar Costa Pinto. A quem coube a tarefa, primeira, de defender, junto aos membros da UNESCO, a eleição do Brasil como campo da tal pesquisa e, em seguida, contra a pretensão daquela agência internacional de limitar sua investigação ao Estado da Bahia, advogar o argumento de que o Rio de Janeiro (na ocasião, Distrito Federal) era sede de uma enormidade de órgãos, repartições e serviços oficiais e privados, que se multiplicavam acentuando os aspectos da fisionomia demográfica e sociológica os quais, por seu turno, “reflet[iam], de modo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

direto, sobre a situação das categorias étnicas que [nele] viv[iam] e sobre o tipo de relações que entre si mant[inham]”.

Como se sabe, o Projeto UNESCO acabou por desenvolver-se em quatro diferentes unidades da federação: Bahia, Distrito Federal, Pernambuco e São Paulo. E os relatórios produzidos pelos pesquisadores participantes foram, quase todos, publicados em livros. O de Costa Pinto, em 1953, sob o título de *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*.

Neste livro, o sociólogo, inspirado na visão paulistana de Sergio Buarque de Holanda, critica as teses da democracia racial que, no seu entender, fundavam-se na “crença de que o negro não [era] problema e sim ‘espetáculo’” (Maio, 1998, p. 32). O que significa dizer que, se de um lado ela colaborou para o reconhecimento da contribuição cultural do negro, (africano e crioulo) e do vermelho (ameríndio); de outro, permitiu que o negro e o vermelho fossem apropriados apenas como objetos culturais.

Sinteticamente e de acordo com Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, (2000, p. 22), as teses da democracia racial caracterizaram-se pela defesa dos seguintes pontos:

[No Brasil] (a) a “cor” e a “aparência” são mais importantes do que a “raça”; (b) a noção de cor é ambígua, existindo um contínuo de cor; (c) a polaridade branco/negro organiza o gradiente de cor e de prestígio social; (d) o embranquecimento, que antes significava tão-somente substituição da população negra pela branca ou, quando muito, miscigenação biológica, passa a significar ascensão social e aculturação dos negros e mulatos; (e) de que não existem, propriamente falando, grupos raciais ou comunidade negra; (f) de que a discriminação e o preconceito raciais existentes seriam de caráter individual; (g) a discriminação de classe seria responsável pelo grosso das discriminações que aparentam ser raciais; (h) as desigualdades raciais seriam produto dos anos de escravidão e das dotações iniciais desiguais entre brancos e negros, em termos de capital (econômico, cultural, social, educacional. etc.).

A nova sociologia do negro a que Costa Pinto se filia vai atacar grande parte destas ideias. Contudo – possivelmente por contar com duas bem-consolidadas escolas de Ciências Sociais (Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo), maior número de pesquisadores neste segmento e, pois, maior quantidade trabalhos publicados sobre o tema – esta nova sociologia entrará para a história das Ciências Sociais sob o epônimo de *escola paulista de sociologia*.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

De todo modo, com a publicação de seu relatório de pesquisa, Costa Pinto (1998, p. 64) tencionava combater “nosso despreparo de espírito para prever as fases mais aguadas da tensão racial em processo, provendo conscientemente os meios de seu tratamento esclarecido”. O sociólogo atribuía este “nosso despreparo de espírito” ao que entendia ser “um dos efeitos mais sérios e uma das consequências mais características do desembaraço com que alguns observadores, nacionais ou estrangeiros, uns afirma[va]m, outros confirma[va]m, martelando em nossos ouvidos que ‘no Brasil não exist[ia] problema racial’”.

Assim, para demonstrar a falta cujo cometimento acusava estes tais observadores nacionais e estrangeiros e comprovar a existência de problema racial no Brasil, organizou seu trabalho em duas partes. *Parte Primeira – Situação Racial*, composta de cinco capítulos: os quatro primeiros dedicados à análise da mobilidade social da população negra, a partir da reunião de dados demográficos, sócio-estratigráficos, ecológicos e educacionais; e o último dedicado à análise de atitudes, estereótipos e relações de raça. E, *Parte Segunda – Movimentos Sociais*, constituída de apenas três capítulos nos quais, globalmente, desenvolve uma análise conjuntural da condição de interação social do negro.

A essência de sua tese, entretanto, se encontra nos quatro últimos capítulos do livro e pode ser resumida do modo seguinte. Para ele (idem, p. 274) “o fato de o negro ter começado a sua história no Brasil como escravo, como força de trabalho privadamente apropriada pelo senhor branco, [seria] o marco zero das tensões raciais neste País”, pois isto teria induzido à consolidação do que veio a ser “chamado de 'padrão tradicional' das relações de raças no Brasil” – o que, então, compreendia tanto o *status servil*, conferido ao negro quanto o *senhorial*, reservado ao branco.

Neste diapasão, antes (idem, p. 177), Costa Pinto sustenta que a ilusão de uma democracia racial reside no dado de que:

O padrão social anterior, do qual estamos historicamente nos afastando, e que se caracterizava pela subalternização econômica, jurídica e psicológica da população de cor em todos os planos da vida nacional, só podia ser apontado como livre de preconceitos porque, dentro dele, o preconceito não tinha uma *função* definida na defesa de determinadas posições sociais, já que estas não estavam, ou não se sentiam, ameaçadas pela mobilidade social dos elementos de cor que era praticamente nula.



O histórico afastamento do padrão social, apontado no excerto acima, estaria em curso desde o pós-2ª Guerra, em vista da aceleração dos processos de urbanização e industrialização, provocando em consequência (idem, p. 276): a) a concentração de grandes “massas de cor” no proletariado industrial urbano; b) a incremento da diferenciação “interna do grupo de cor em extratos e classes sociais diversas, e diversas em tudo que daí decorre”; c) o surgimento de novos problemas de mobilidade social “para grupo o como um todo e, em particular, para os extratos superiores deste grupo”.

A tese da *concentração das “massas de cor” no proletariado industrial urbano* Costa Pinto buscou comprovar por meio dos dados quantitativos que reuniu em seus quatro primeiros capítulos. A tese do *incremento da diferenciação “interna do grupo de cor em extratos e classes sociais diversas* ele tentou demonstrar nos dois primeiros capítulos da *Parte Segunda* do livro. Já sua tese central, a do *surgimento de novos problemas de mobilidade social para o grupo como um todo e, em particular, para os extratos superiores deste grupo*, procurou desenvolver ainda no capítulo V; ocasião que, em paralelo, explanou estas suas categorias de análise: *atitudes e esterótipos*, bem assim este seu objeto de estudo: *as relações de raça*.

As atitudes definiu como “tendências, ou predisposições a reagir de determinada forma em face de determinada pessoa, coisa ou situação e as quais socialmente adquiridas por meio da soma de experiências similares – *acumulação*; pelo mimetismo de experiências alheias – *imitação*; por experiência única e impactante de sofrimento – *traumatização*; ou pela soma de duas ou mais diferentes atitudes – *integração*.”

Os estereótipos, no entanto, caracterizou como “ideias e imagens que temos em mente, em grande parte não comprovadas nem demonstradas, que constituem a parte subinteligente de nossas opiniões e julgamentos sobre pessoas, coisas e situações sociais” (idem, p. 185) que se constituem de atitudes consolidadas no plano intra-grupal em razão da competição inter-grupal e induzem ao surgimento de correntes de opinião, ideologias e movimentos sociais.

Assim, como se depreende do extrato (idem, p. 186) adiante, Costa Pinto pôde interpretar o racismo como decorrência de estereótipos:

Em relação ao negro, poder-se-ia dizer que o preconceito racial consiste, em certo sentido, num característico sistema de reações estereotipadas, mais ou menos integradas, que são adquiridas, por diversos modos, na vida social – *não no contato com o negro mas através da assimilação das opiniões existentes sobre o negro*.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Disto desdobra-se seu entendimento (como de quase toda a *escola paulista de sociologia*) de que as vicissitudes, notadamente as desigualdades sócio-econômicas, suportadas pelas populações negras, no Brasil, derivam exclusivamente do racismo. O que se vê expresso na passagem seguinte (idem, p. 289):

De fato, essa ascensão de uma elite negra na sociedade brasileira é lenta mas é possível – tão possível que se está realizando – dentro dos quadros sociais existentes, ou seja, dentro da estrutura social, de seu sistema de estratificação e de acordo com os valores e as atitudes que elas encerram. No passado essa ascensão foi estritamente individual e feita através do processo de *branqueamento*, que consistia em considerar *como se fosse branco* o elemento de cor que ascendia; hoje, as dificuldades que esse processo está encontrando resultam do fato da ascensão ser de um grupo, vanguarda de um quadro maior, consciente dessa sua posição e desejoso de merecê-la sem para isso repudiar a sua condição étnica.

De toda sorte, a situação-problema, foco de suas preocupações era – como tentava evidenciar por meio dos contrapontos entre *associações* [negras] *tradicionais* vs. *associações* [negras] *de novo tipo* e “negro-massa” vs. elite negra – o fato de que a ascensão social de parte da população negra (refletida nas tais associações de novo tipo nas quais se encerrava a tal elite negra) rompia com o padrão tradicional das relações de raça no Brasil e criava uma crescente tensão racial cuja inadvertência poderia levar-nos a irrupção de um conflito de consequências imprevisíveis.

Por inadvertência entendia a generalizada falta de clareza com relação ao dado seguinte:

Destas novas situações originaram-se, por sua vez, de uma parte, dentro do grupo negro, formas específicas de reagir diante dos problemas de contato racial e, por parte do grupo branco, formas também características de se comportar diante delas que ligadas como estão aos demais problemas de uma sociedade em mudança, dentro de um mundo em crise estrutural, condicionaram, e continuam condicionando, situações de tensão racial, que se formam sempre que problemas mais gerais e mais profundos ligados à *transformação social* assumem *expressão racial*.

III

Muitos fatos históricos, impensáveis à época da publicação do relatório final de Costa Pinto influíram no curso de suas previsões, de um lado, arrefecendo o potencial de conflito que ele via crescer a partir das tais *associações de novo tipo*; e, de outro, incrementando o que ele chamou de “tomada de consciência étnica, por parte dos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

negros de extrato superior, principalmente por parte dos intelectuais, de sua situação e de seu problema social”.

Essa “tomada de consciência étnica”, posteriormente denominada *consciência negra*, é caracterizada por Costa Pinto (idem, p. 286) como desdobramento da resistência dos extratos brancos superiores em aceitar a mobilidade ascensional dos negros, desde quando tal “ascensão deixou de ser estritamente *individual* e passou a ser *social*”.

A resultante deste processo é, segundo o sociólogo, a supervalorização da categoria raça, tornada “a medida de todas as coisas, a entidade da qual emana toda uma filosofia de vida, toda uma concepção do mundo, uma 'cosmovisão’” que, na verdade, esconde o fato de ser:

Um mecanismo de defesa manejado por uma elite agressiva, uma racionalização de tensões sociais concretas, nas quais grupos dominantes e etnicamente diferentes, usando a *raça* como critério de discriminação contra alguns, levam os discriminados a fazer da causa de seu problema a bandeira mística de sua redenção.

Por isso advertia ser essencial compreender que:

As contradições internas que se encontram nesses esquemas ideológicos resultam, fundamentalmente, do fato de eles serem a formulação, em termos *étnicos*, das aspirações e do fracasso das aspirações de um grupo de classe média – quase sempre na condição, sempre na mentalidade – que pretende ascender não étnica mas *socialmente*. É isso, aliás, o que explica o paradoxo de se apelar para a ideologia da *negritude*, para a *supervalorização* dos valores negros, para os mecanismos de motivação da solidariedade negra, para as “matrizes africanas”, tendo, tudo isso, como alvo e objetivo supremos a atingir: “*o adestramento da gente de cor nos estilos de comportamento da classe média e superior*”, o que vale dizer, das classes tradicionalmente brancas da sociedade brasileira.

Deste ponto, convém fazer observar que embora persistamos na esteira de Costa Pinto já não cuidamos de explicitar seu pensamento. Aqui, nosso foco é esta questão da *consciência negra*, em relação a qual temos de destacar os seguintes pontos: primeiro, resta evidente que se a campanha em prol do desenvolvimento da consciência [étnica da população] negra se desenrolou entre a segunda metade da década de 70 e a primeira metade da década de 80, a tomada da consciência étnica remonta aos anos de 1940/1950. Segundo, todos os aspectos característicos e reflexos desta tomada de consciência, notados por Costa Pinto, nos anos 50 e verificados na campanha pela consciência negra nos anos 70/80, ainda se mostram vivamente presentes neste início da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

segunda década do século XXI. E, terceiro, são os corolários destes tais aspectos característicos e reflexos da tomada da consciência negra, os quais pessoalmente experimentamos ainda na década de 80, a razão da direção acadêmica que adotamos desde o ano de 2000.

De fato – frente às reiteradas denúncias de racismo que ganhavam os *media* nas vozes de indivíduos que se diziam vítimas desta violência ou de coletivos componentes do movimento social negro – ingressamos neste campo de investigações movidos pelo interesse em compreender os motivos da continuidade de práticas racistas (fossem de simples discriminação, ou de efetivo preconceito, ou de – o que é ainda mais grave – segregação) em um país que, já a este tempo, se representava e se apresentava como um *país de miscigenados*.

Então, baseados no pressuposto lógico de que o racismo não é um dado natural; sim cultural. Entendendo a cultura como uma entre as resultantes da interação social. E admitindo, como Castoriadis (2000, p. 142) que “tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico”, decidimos perseguir a resposta para aquele nosso primeiro problema investigativo perscrutando as representações de raça e etnia no imaginário social brasileiro, com lastro no exame da produção dos teóricos brasileiros do racismo científico, da democracia racial, do multiculturalismo/multirracismo e da diversidade cultural/pluralismo étnico.

A salutar tentativa de contextualizar historicamente o objeto do estudo, de pronto, revelou equivocada nossa suposição de que as origens da ideologia racial, no Brasil, se encontrassem no escravismo. Desde que o conceito naturalista (biológico) de *raça* só veio a ser desenvolvido no século XVIII e apenas no século XIX foi apropriado como categoria explicativa da realidade social, restava claro que nem a escravização de negros e vermelhos, nas Américas, obedecia a fundamentos racistas; tampouco o racismo decorria da simples familiarização dos grupos fenotípicos (branco, negro e vermelho) ao status social que a longa experiência escravista lhes conferiu.

O exame da história evidenciou-nos que “o mal-estar na civilização moderna” decorria do rearranjo estrutural das sociedades cujas economias direta ou indiretamente se enlearam na revolução industrial. E, em complemento, Hannah Arendt (2004, p. 189) nos esclareceu que, neste contexto, as explicações mais aceitas foram justamente



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

aquelas que interpretavam a história como uma “luta econômica de classes” ou as a interpretavam como uma “luta natural entre raças”.

No Brasil o momento correspondeu ao período de transição da ordem aristocrático-ruralista para a ordem burgueso-industrial. Processo que refletiu, no plano do imaginário social, na formação de uma vontade geral de aquisição de um *modus vivendi* típico burguês que se confundia com a ideia de modernização do país.

A isto chamamos *ideal burguês* e entendendo (1) que “‘escolha’ de simbolismos e significações feita por uma sociedade, nos exige ultrapassar as considerações meramente formais ou mesmo ‘estruturais’” (Castoriadis, 2000, p. 166); (2) que esta “escolha feita por meio de um sistema de significações imaginárias, tanto estrutura e hierarquiza quanto valoriza e desvaloriza um conjunto cruzado de objetos e de faltas correspondentes” (idem, p. 181); e (3) que “por suas conexões naturais e históricas virtualmente ilimitadas, o significante ultrapassa sempre a ligação rígida a um significado preciso, podendo conduzir a lugares totalmente inesperados” (idem, p. 147), pudemos reconhecer que a sociedade brasileira compôs suas representações elementares do negro e do branco a partir da combinação arbitrária de valores como: África, escravidão, miséria, trabalho, inferioridade, desprestígio, deficiência, comer mal, morar mal, mal vestir, de um lado; e, Europa, senhorialismo, riqueza, ociosidade ou trabalho livre, riqueza, superioridade, prestígio, eficiência, comer bem, morar bem, bem vestir, de outro.

Este dado nos levou a interpretar o *ideal burguês* como o significante central da neurose coletiva em que se constitui o problema étnico-racial no Brasil e concluir: (1) que o imaginário social brasileiro tem representado a burguesia como uma etnia e não como uma classe e (2) que a segregação torna-se a pena para aqueles que deliberada ou inocentemente, de alguma forma, se oponham ou se distanciem do paradigma burguês.

Estas conclusões, no entanto, nos obrigaram a um novo estudo tal que nos permitisse enfrentar dois problemas que, delas, se desdobravam: o primeiro, a admissão explícita da possibilidade da burguesia ser – mesmo que apenas no plano do inconsciente – algo diferente daquilo que as Ciências Sociais já haviam consagrado; e o segundo, a afirmação subliminar – sem qualquer base de dados empíricos – de que as fronteiras entre a população branca e a população negra tendiam a se afrouxar à medida



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

do crescimento do número de negros a exteriorizar sinais diacríticos de pertencimento à burguesia.

Para tanto, a primeira necessidade que nos impunha era encontrar uma teoria sócio-antropológica que desse suporte à interpretação da burguesia como um grupo étnico. O que nos exigiria afincada dedicação ao estudo da antropologia. Nossa segunda preocupação confundia o problema com o método de investigação, pois víamos ser necessário produzirmos um estudo sobre a “mobilidade social” dos negros que captasse eventuais mudanças em seus hábitos, assim como eventual câmbio no modo de seu relacionamento com a população branca. Sabendo, no entanto, que o modelo tradicional de estudos de mobilidade social não nos atendia, em virtude de sua natureza quantitativa. De outra banda, ainda pesava sobre nós a certeza da infactibilidade de uma pesquisa, deste tipo, em âmbito nacional.

A equação destes problemas se protraiu no tempo, ao longo do que: primeiro, decidimos reduzir a extensão de nossa unidade social de análise a uma cidade: o Rio de Janeiro; segundo, nos reencontramos com a teoria do contato interétnico de Fredrik Barth; e, por fim, percebemos como mais adequado a nossa proposta o modelo de *estudos de comunidades*.

Barth define os grupos étnicos como “uma forma de organização social” caracterizada pela “auto-atribuição e a atribuição por outros” de uma ou mais categorias de classificação de pessoas em termos do que ele designa *identidade básica mais geral*, a saber: origem e circunstâncias de conformação; estas últimas – as circunstâncias de conformação – reduzidas a duas diferentes ordens de conteúdo cultural: (1) sinais e signos diacríticos e (2) orientações valorativas básicas, o que usualmente tratamos por *etnicidade* (*Idem*, p. 32). E argumenta (*idem*, p. 33) que:

Não importa quão diferentes sejam os membros [de um grupo étnico] em termos de seu comportamento manifesto: se eles dizem que são A, em contraste com outra categoria B da mesma ordem, desejam ser tratados e ter seu comportamento interpretado e julgado como próprio de A e não de B.

Porém, mais que isso, o antropólogo, sustenta que “onde um grupo étnico tem controle sobre os meios de produção utilizados por outro grupo surge uma relação de desigualdade e estratificação” (*idem*, p. 51) e que, nestas circunstâncias, os grupos integram uma sorte de sistema poliétnico no qual suas culturas acabam por compartilhar



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

“certas orientações e escalas valorativas gerais, com base nas quais podem fazer julgamento em termos hierárquicos”.

A teoria de Barth nos permitiu compreender porque nas Américas parte expressiva dos negros se considera e é considerada como componente de um único grupo étnico; enquanto na África compõem uma miríade destes grupos. E, por extensão, nos fez entender que indivíduos negros podem se definir como integrantes do grupo étnico negro ou se identificar como pertencentes a qualquer outro. Ela – a teoria de Barth – também deu lastro a nossa tese da representação da burguesia como grupo étnico, no imaginário social brasileiro.

Entretanto, tendo admitido, apenas por hipótese, corresponder a cada *grupo de cor*, um *grupo étnico*; tendo admitido, de igual modo, existir um grupo étnico burguês no qual se encerravam todos e apenas os brancos, tendo por seu termo de alteridade outro grupo formado de todos e apenas negros; e, ainda, tendo considerado o fato de que o Rio de Janeiro é habitado não somente por brancos e negros, mas também por amarelos e vermelhos, concluímos faltar, neste modelo ideal, grupos étnicos que representassem estes dois últimos grupos de cor.

Decorreu deste exercício de lógica nossa certeza quanto a existência, no Rio de Janeiro, de outros grupos étnicos para além de negros e burgueses. Para perscrutá-los, pensamos em inventariar os grupos mais expressivos da sociedade carioca – suas “tribos” mais numerosas. Porém além da grande quantidade destes, pesou contra tal ideia o dado de um indivíduo poder cambiar sucessivamente de “tribo”, como poder pertencer simultaneamente a mais de uma. De outra banda, este mesmo dado nos fez ver a diferença entre o conceito de *grupos étnicos* de Barth e *tribos urbanas* de Maffesoli.

Este último (Maffesoli, 2006, p. 4) diz haver proposto “a metáfora da ‘tribo’ para observar a metamorfose do vínculo social” na pós-modernidade. Para ele (idem, p. 11) a socialidade pós-moderna privilegia o sentimento de pertencimento, a um lugar, a um grupo, como fundamento essencial do todo da vida social. Assim, se opõe àquele modo de socialidade típico moderno o qual – caracterizado por aquilo a que o próprio Maffesoli (idem, p. 11) define como um etnocentrismo particular difundido como modelo válido para todo o mundo; a saber – se expressa por meio de um individualismo liberal e um universalismo iluminista. É por isso que, em relação ao que chama tribos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

urbanas, afirma (idem, p. 11) salientarem “a urgência de uma socialidade empática, na forma de uma partilha das emoções ou uma partilha de afetos”. Neste sentido, completa o sociólogo (idem, p. 31):

A massa, ou o povo, diferentemente do proletariado ou de outras classes, não se apóiam (sic) em sujeitos de uma história em marcha. A metáfora da tribo, por sua vez, permite dar conta do processo de desindividualização, da saturação da *função* que lhe é inerente, e da valorização do *papel* que cada pessoa (*persona*) é chamada a representar dentro dela. Está claro que, como as massas em permanente agitação, as tribos que nelas se cristalizam tampouco são estáveis. As pessoas que compõem essas tribos podem evoluir de uma para a outra.

Neste diapasão caberia-nos elencar apenas, dos grupos mais expressivos, aqueles constituídos, em caráter perene, em torno de *identidades básicas as mais gerais*. Procedimento do que resultaram apenas os cinco grupos seguintes: os burgueses, os evangélicos, os favelados, os negros e os nordestinos.

Curiosamente, mais tarde, viríamos encontrar em Cidade Partida (Ventura, 1994, p. 19) uma passagem extraída de um livro do jornalista Paulo Francis em que, embora sua expressão de preconceito, assevera nosso acerto na identificação destes grupos. Diz Francis: “existia, claro, o pau-de-arara, o pobre, a personagem do morro, mas em *quantidades* muito menores e não *intromissivas*. As ruas da Zona Sul eram 'nossas', da classe média e acima”

As memórias de Francis foram escritas há trinta anos, quando o fenômeno evangélico ainda não se havia expressado. Porém, não deixam dúvida que, em 1980 (ano da publicação), já era visível o recorte da população em grupos como os nordestinos, tratados, pelo autor, por meio do pejorativo *paus-de-arara* (bastante popular até o advento do politicamente correto); os favelados, lembrados como *a personagem do morro*; os burgueses, encerrados na expressão *classe média e acima*; e, seguramente, os negros, referidos pelo eufemismo: *o pobre*.

IV

A análise das chamadas “relações étnico-raciais” feita por Costa Pinto, em contraste com o quadro que traçamos a respeito do mesmo objeto evidenciaria a ocorrência de uma significativa mudança de padrão. Isto, porém, não explicava *como*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

teria se dado tal mudança, muito menos o *porquê* se deu de um modo e não de um outro qualquer.

Foi o trabalho de Norbert Elias sobre *A sociedade de cortes* e o de Hannah Arendt sobre as *Origens do totalitarismo* o que – explicitando, o primeiro, a função do *nepotismo* na organização das sociedades aristocráticas e, o último, o papel do *racismo* para organização das sociedades burguesas – nos levou a suspeitar do fato de a desimportância do racismo que se evidencia no quadro atual das relações interétnicas (descrito, por nós, acima) ser indicativa da mudança da formação social.

Quanto a isto, inicialmente a descrição de Anthony Giddens sobre *As consequências da pós-modernidade*; posterior e principalmente o artigo, de Alain Tourraine, *Face à exclusão* e, por fim, uma recente literatura brasileira a respeito da nova classe média do país nos fez ver a *sociedade de massa* como a sucessora da *sociedade burguesa*.

O processo de ascensão das massas tem se mostrado um desdobramento natural da industrialização das economias. Resulta da conjunção de três fenômenos: a invenção da *democracia de massa* (dimensão política), a criação da *cultura de massa* (dimensão mais estritamente social) e o desenvolvimento do *consumo de massa* (dimensão econômica).

No pós-2ª Guerra as economias do capitalismo central se encontravam em recuperação e algumas das economias do capitalismo periférico, como o caso do Brasil, em desenvolvimento industrial. Por isso, os desenvolvidos e os em-desenvolvimento experimentaram numa mesma época – a década de 60 – o esgarçamento de seus tecidos sociais, divididos entre os esforços, dos segmentos emergentes, em prol de reformas nas bases de suas sociedades e a resistência (violenta, no caso do terceiro mundo), dos segmentos tradicionais, à derrocada da formação social burguesa. Do que, aliás, é marco histórico e, antes disso, sua própria consequência e resumo, o emblemático episódio do Maio de 68.

A partir daí, se vai verificar, primeiramente – em decorrência dos fenômenos complementares da concentração industrial, na região centro-sul do país e do êxodo rural, na região nordeste – a estigmatização do imigrante nordestino e seu descendente que, em São Paulo, sob a alcunha de “baiano” e, no Rio de Janeiro, “paraíba”, serão percebidos como *não-negros* e dividirão com este a condição de uma identidade



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

deteriorada. O que, embora não tenha reduzido o preconceito contra os negros e malgrado os atritos iniciais entre *estabelecidos* e *outsiders*, serviu-lhes à relativização da interpretação simplista que vinham dando a seus problemas, em termos de uma rematada implicância dos brancos em relação aos negros. Demais disso, o fato contribuiu para o ofuscamento da *escola paulista*, ao reforçar a tese da *democracia racial* quanto à discriminação de classe ser responsável pelo grosso das discriminações que aparentam ser raciais.

Em paralelo, aqueles a quem Costa Pinto definiu como *elite negra* vão se dividir entre uma minoria que prosseguirá na vertente da assimilação das formas burguesas e uma maioria que buscará intensificar uma postura diferencialista, marcada pelo apelo à ideologia da *negritude* e à solidariedade negra, bem assim à *supervalorização* das “matrizes africanas” e dos “valores negros”. Ao passo que aqueles outros a quem o sociólogo designou negro-massa vão se dividir entre um grupo tendente ao assentimento à proposta diferencialista e outro que renega tudo isso, em favor da conversão à novidade de uma ideologia integracionista, travestida de solidariedade cristã, de matriz neo-pentecostal, radicada em valores capitalistas (teologia da prosperidade).

A divisão dos negros das camadas populares se explica, entre outras razões, pelo fato de o discurso diferencialista da chamada militância negra propor, à miúdo, o enfrentamento do branco a que culpam pelas vicissitudes suportadas pelo negro. Onde negros e brancos se encontram em situação de proximidade social tal que vínculos de amizade e intercuro sexual são fortemente favorecidos, percebe-se com mais facilidade que a questão não se resume a raças (assim entendido os fenótipos). Por isso, (em parte, corroborando outra tese da *democracia racial*: aquela segundo a qual “a polaridade branco/negro organiza o gradiente de cor e de prestígio social”) o negro-massa, mesmo quando tendente ao diferencialismo, vacila nesta sua adesão.

Paradoxalmente, este negro-massa mantido para além das fronteiras dos demais grupos, como um *non-ethnic*, acaba por constituir-se como grupo-pária e, nele, forjando a identidade étnica do favelado. Enquanto a parcela minoritária da elite negra (aquela que refuta o diferencialismo), juntamente com todos os não-negros supostamente *non-ethnics*, buscando manter-se à margem (das fronteiras) destes grupos, subsume no grupo hegemônico – o dos burgueses – constituindo um outro étnico.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Por seu turno, os imigrantes negros e não-negros provindos dos estados da região nordeste e seus descendentes, todos movidos, a um, pela discriminação que lhes infligem os grupos *estabelecidos* e, a outro, pela comunhão de origem e orientações valorativas básicas que mantêm conformaram-se também em um grupo étnico: o dos nordestinos.

Esta nova organização das hierarquias sociais, marcada pela exacerbação da diferenciação dos negros entre si, também chancela como verdade a tese de que, no Brasil, “não existem, propriamente falando, grupos raciais ou comunidade negra”, conforme afeiçoado pelos teóricos da democracia racial.

Finalmente percebe-se: (1) que a mudança mais significativa se comparado o padrão tradicional das relações chamadas “étnico-raciais” ou, simplesmente, “raciais” é que elas se tornaram simplesmente *étnicas*; (2) que a divisão dos negros em vários grupos, cada qual com uma diferente estratégia de integração à sociedade de classes e, em paralelo, o surgimento de novas fontes de prestígio social, em decorrência da massificação da sociedade geraram a necessária acomodação social – expressa em termos de redução da pressão que se exercia sobre a burguesia, em vista ao franqueamento do acesso a seus espaços e privilégios; (3) que, em consequência, se esvaziou por completo a função de demarcador social que tinha o racismo; persistindo, porém, seu manejo particular, em par com o nepotismo, exercido por alguns (cada vez menos) indivíduos e grupos, de todos os fenótipos, uns contra os outros, quando não contra seus próprios pares, na crença de estarem preservando seus lugares sociais ou alguma outra coisa que julgam de mais alto valor; (4) que, pelas mesmas razões já expostas, o racismo deixou de ser óbice estrutural à mobilidade social ascensional dos negros, constituindo-se, pois – racismo e exclusão social – em dois problemas de naturezas distintas a exigir formas de enfrentamento distintas; e (5) que, malgrado estes dados confirmarem as teses da democracia racial, eles evidenciam a inexistência desta sorte de democracia temática, seja no sentido de igualdade sócio-econômica entre os grupos fenotípicos (supostos raciais), seja no sentido de esgotamento recente ou da inocorrência desde sempre da ideologia ou das práticas do racismo, no Brasil.

Referências bibliográficas:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo:** anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo, 5. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **O negro no Rio de Janeiro:** relações de raças numa sociedade em mudança. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L.. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **A sociedade de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GUINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história,** 1ª reimp.. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade,** 2ª reimp.. São Paulo: UNESP, 1991.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfregio; HUNTLEY, Lynn, (orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa,** 4ª ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MAIO, Marcos Chor. Costa Pinto e a crítica ao negro como espetáculo. In Luiz de Aguiar Costa Pinto, **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança,** 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, (1998[1953]).

_____. **O Projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 14, nº 41, 1999.

TOURAINÉ, Alain. Face à exclusão. Rev Fac Direito da UFF, 1999, v. 2: 9-15.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou.** São Paulo: Nova Fronteira, 1988.